

## CHEGA DE ARBORICÍDIO EM PORTO ALEGRE!

No ano de 2022, até o fim de outubro do ano passado, segundo reportagens publicadas na grande imprensa<sup>1</sup>, foram executadas 28.606 podas e 1.695 cortes de árvores (supressão total) em Porto Alegre. Em 2021, foram 32.316 e 981, respectivamente, o que demonstra que, no ano de 2022, apesar de não haver aumento de podas, subiu em quase o dobro o corte de árvores, em relação ao ano anterior. Em 2023, as imagens da cidade indicam a situação se agravar. Inclusive, InGá, Agapan, outras entidades e grupos de moradores estão cobrando, na Prefeitura e no Ministério Público Estadual, que as informações técnicas quanto a estas intervenções sejam disponibilizadas antecipadamente, a fim de oportunizar a contestação por parte da população porto-alegrense que estiver sendo potencialmente atingida.

Além dos números assinalados acima, a quantidade de denúncias nas redes sociais quanto a este processo indiscriminado de cortes caracteriza um verdadeiro arboricídio, com fartos registros fotográficos fidedignos. Parte das árvores que sobram possui muitas vezes suas copas mutiladas, lembrando um "Y", para permitir a priorização da rede de cabeamento elétrico aéreo sobre elas, ou desfiguradas em "palitos", sem ramos laterais, nem para o braço humano alcançar alguma fruta de pitanga, araçá, cereja-do-rio-grande, goiabeira-serrana e outras frutas nativas... É importante lembrar que a diminuição da arborização diminui a captura de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), o principal composto químico responsável pelo efeito estufa e mudanças climáticas, aumentando as chamadas Ilhas de Calor nas cidades.

Esta situação lamentável e constrangedora contrasta com o histórico de Porto Alegre, cidade que teve a primeira Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Brasil, em 1976, e que já foi considerada a capital mais arborizada do Brasil, onde também surgiu a ideia do Plano de Arborização Urbana, em 2006, atualmente quase abandonado.

Infelizmente, desde uns anos para cá, houve uma desestruturação forçada da SMAM, que detinha um dos mais completos viveiros das capitais brasileiras, e que possuía estrutura de Zonais, com arborização descentralizada em quatro regiões de bairros da cidade, além de uma equipe de técnicos e outros funcionários com muita experiência e carinho pelo que faziam, desde os cuidados especializados com as árvores das calçadas até os espaços verdes de praças e parques.

---

<sup>1</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/12/porto-alegre-tem-mais-de-16-mil-pedidos-em-aberto-para-podas-ou-supressoes-de-arvores-clbp04vbu0019013cjzups3iy.html>

Os parques urbanos possuíam técnicos gestores localizados na Redenção, Moinhos de Vento, Marinha do Brasil, Harmonia (Parque Maurício Sirotsky Sobrinho), entre outros, e era prioridade a manutenção de arborização bela, diversificada e sem atuais intervenções de profusão de motosserras, como se testemunha hoje na capital. Como agravante, tivemos recentemente a concessão de parques, por 35 anos, para empresas privadas desenvolverem atividades econômicas que implicam muitos cortes de vegetais. É o caso do Parque Harmonia, onde foi autorizado a supressão de 432 árvores, ou  $\frac{1}{3}$  dos espécimes existentes na área anteriormente verde e sem a quantidade de construções previstas que afetam a fauna, a paisagem, o microclima e desviam sua finalidade maior, que era a contemplação da natureza, e não os grandes e barulhentos eventos comerciais, com estacionamentos, por exemplo, para 1.500 automóveis (Harmonia).

Neste sentido, vivencia-se um processo de enfraquecimento da política ambiental municipal, testemunhando-se o esvaziamento paulatino da então Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM), que assumiu de forma questionável (sem discussão com a sociedade) o tema da urbanização e uma suposta sustentabilidade, a não ser de negócios inconfessáveis, agora com nome de SMAMUS, baseada no favorecimento de licenças para a expansão de projetos imobiliários de grandes empresas da construção civil, além da divisão de serviços de manejo da arborização com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSURB), agregando ambas significativa terceirização de serviços.

Percebe-se que não há um planejamento mínimo de gestão pública e de estrutura necessária de técnicos e demais funcionários do quadro de uma administração que deve ser muito mais de Estado, e não de efêmeros governos, com a hegemonia de seus interesses políticos e partidários ou econômicos, que ameaçam esfacelar e mercantilizar com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, a própria sede da SMAMUS conta com terreno que a Prefeitura listou, junto a quase uma centena de próprios municipais, que pretende colocar à venda.

Percebe-se também, com esse absurdo corte de árvores e essa quase obsessão por cimentar as áreas verdes, um negacionismo climático. Recentemente, chuvas intensas provocaram alagamentos, com transtornos e até mesmo tragédias à população de todo o Estado, incluindo Porto Alegre. No final de setembro, o nível da água do Guaíba subiu e transbordou na zona do Cais Mauá, inundando a icônica orla da capital. Moradores das ilhas ficaram desabrigados ou em situação de vulnerabilidade. As ruas de diversas regiões da cidade sofreram com a situação. Arrancar o verde da cidade vai contra todas as

propostas de mitigação do aquecimento global, está na contramão de tudo que vem sendo dito mundialmente.

Assim, várias entidades e movimentos socioambientais de Porto Alegre vêm denunciar à SMAMUS, na figura do seu secretário Germano Bremm, como órgão central da gestão ambiental municipal, este **processo inédito de arboricídio e de desmanche da política ambiental**, onde não há retorno de denúncias, fiscalização, acompanhamento técnico ou mesmo a disponibilização de informações transparentes de laudos e eventuais necessidades de alegados cortes de vegetação, por que passa a capital do Estado do Rio Grande do Sul.

*Porto Alegre, 20 de Outubro de 2023*

Movimento Salve os Parques de Porto Alegre,  
Rede PreservaPoa,  
ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos  
Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural  
AIPAN - Associação Ijuicense de Proteção ao Ambiente Natural  
Amigas da Terra Brasil  
AMPD - Associação de Mães e Pais pela Democracia - Comissão Ambiental  
Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - Apedema/ RS  
Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul-APCEF/RS  
Ateneu Libertário A Batalha da Várzea  
Coletivo Preserva Redenção  
Comuna do Arvoredo (Rua Fenando Machado, P. Alegre)  
CSP- Conlutas  
Fórum da Região de Planejamento - RGP1  
Grupo Viveiros Comunitários (GVC/Extensão-UFRGS)  
InGá - Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais  
Instituto MIRA-SERRA  
Movimento Laudato Si'  
NEJ – Núcleo de Ecojornalistas do RS  
ONG Resistência Participativa – Despertar Coletivo  
Pastoral da Ecologia  
Movimentos Preserva Belem Novo e Preserva Zona Sul  
Preserva Marinha  
Projeto PoAncestral  
SindiBancários- Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região  
União Protetora do Ambiente Natural - UPAN  
Ser Ação - Grupo de Ativismo Ambiental  
Simpa - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre